



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/06/2016 - Telesintese

Redução de 10,43% da ligação fixo móvel do grupo Embratel/Claro é confirmada

A redução começa a valer a partir de hoje. No plano básico, o minuto do VC2 sem imposto será R\$ 0,60 e do VC3 R\$ 0,72

A Anatel publicou hoje, 01/06, no Diário Oficial da União (DOU) o ato que estabelece a redução de 10,43% nas tarifas das ligações interurbanas fixo móvel feitas pelo número do grupo Embratel/Claro(o 21) para o celular que qualquer outra operadora.

Esta redução deve ser aplicada em todos os planos de preços no VC2 e VC3 a partir do dia 1 de junho e todas as promoções nessas duas formas de ligação que existiam desde o dia 25 de maio. O VC2 é o interurbano feito entre DDDs de mesma dezena (11 para 12) e VC3 de dezenas diferentes (11 para 61).

Essa redução tarifária está sendo feita em virtude da fusão das empresas do grupo – Embratel, NET, e Claro – que agora estão sob a marca Claro S.A., autorizada pela agência no ano passado. Conforme a

lei de telecomunicações, todo o ganho de escopo que não seja originário da eficiência operacional tem que ser repassado ao consumidor.

Fust

Conforme estabelece o ato, poderá haver mais reduções tarifárias no futuro, caso sejam concluídos três processos que tramitam na justiça e que a empresa tem liminar a seu favor. Eles referem-se à não incidência do recolhimento do Fust sobre receitas de interconexão, EILD e infraestrutura.

Mudança ministerial não deve influir na revisão do modelo, diz Martinhão.

Ex-secretário de Telecomunicações do governo Dilma, e atual secretário de Inclusão Social de Internet no governo interino Temer, ele acredita que é inexorável colocar a banda larga no centro da política.

Para Maximiliano Martinhão, a mudança ministerial do governo interino do presidente em exercício Michel Temer, que incorporou o Ministério das Comunicações ao antigo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, criando o MCTIC, não deve interromper o processo de revisão do modelo do setor de telecomunicações. “ Colocar a banda larga no centro da política pública é uma demanda da sociedade”, observou. Martinhão, que era Secretário de Telecomunicações do Minicom no governo Dilma, responde agora pela Secretaria de Inclusão Social e Internet do MCTIC.

Ele lembrou, em debate sobre a revisão do modelo realizado no 8º ISPs, evento realizado pela Abrint que abriu hoje em São Paulo, que a equipe do antigo Minicom discutiu a necessidade de um novo marco regulatório, a

partir das mudanças tecnológicas e das demandas dos usuários. O serviço de telefonia fixa, objeto da concessão, é um serviço em declínio. “ Hoje, a demanda é por banda larga”, observou.

Segundo Martinhão, a partir dos resultados de um grupo de trabalho, foi elaborada uma política para o setor, depois consagrada em decreto, enviado à Anatel. “ Cabe a ela fazer a proposta de um modelo, e encaminhar ao executivo para ser transformada em decreto ou projeto de lei”, disse. De acordo com João Rezende, presidente da Anatel, o processo está sendo seguido e, antes do final do ano, a Anatel apresentará sua proposta. “ Já temos dois votos. Faltam os dos outros três conselheiros”, comentou.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/06/2016 - Vermelho

Pedro Parente retoma agenda privatista na Petrobras

O interino Michel Temer deu posse ao novo presidente da Petrobras, Pedro Parente, nesta quarta-feira (1). Nome de confiança de Fernando Henrique Cardoso, Parente ficou marcado como o “ministro do apagão” na gestão tucana.

Responsável por uma série de decisões desastrosas para o Brasil, Pedro Parente promoveu o racionamento e o corte de energia nos anos 2000, além de penalizar consumidores com multas altíssimas, quando na presidência da Câmara de Gestão da Crise Energética. Ele toma posse na estatal petrolífera com uma agenda de privatização do setor, como aponta o deputado Davidson Magalhães (PCdoB-BA), coordenador da Frente Parlamentar Mista em Defesa da Petrobras. A ideia do governo Temer é colocar em prática o “desmonte da estatal petrolífera iniciado por FHC”, alerta o parlamentar.

Com a desculpa de recuperar o protagonismo da Petrobras no mercado internacional, Parente está no comando da mais importante empresa do país, que lidera um setor responsável por 13% do Produto Interno Bruto (PIB). Um risco para os investimentos, já que o mesmo “foi responsável por um rombo de mais de R\$ 1 bilhão em contingências por prejuízos em termoelétricas, muito lucrativo apenas para quem as construiu”, acrescenta Davidson Magalhães.

O ex-ministro da Casa Civil de FHC, que se empenhou nas tentativas de privatização da Petrobras, chegando ao absurdo de querer mudar o nome da estatal para Petrobrax, ainda tem em seu currículo acusações de irregularidades e de improbidade administrativa. Levou para a administração pública sua experiência acumulada como consultor do Fundo Monetário Internacional (FMI). Esta trajetória indica que Pedro Parente está a serviço dos rentistas.

Para o líder da Bancada Comunista na Câmara, Daniel Almeida (BA), esta nomeação indica o retorno de um projeto de “entrega do petróleo e do pré-sal ao capital estrangeiro. Como a já anunciada extinção

do Fundo Soberano (poupança de cerca de R\$ 2,4 bilhões) por Temer”.

O fundo foi criado em 2008 com o objetivo de garantir projetos e investimentos “de interesse estratégico”. “Acabar com esta poupança é um sinal claro do governo para o mercado: estão sendo descartados os interesses do povo brasileiro. É uma ameaça gravíssima”, alerta Daniel Almeida. Segundo o parlamentar, é preciso separar a corrupção que afeta a Petrobras da empresa que “precisa ser revitalizada. Voltar a cumprir seu papel estratégico no desenvolvimento nacional”.

Pré-sal ameaçado

Em audiência pública, realizada na terça-feira (31), a Comissão Especial da Petrobras e da Exploração do Pré-Sal avaliou as mudanças propostas no Projeto de Lei (PL 4567/16) de autoria do ministro das Relações Exteriores de Temer, José Serra (PSDB-SP), que retira a obrigatoriedade da participação da estatal na extração de petróleo da camada pré-sal. Isso permite que outras empresas possam ser responsáveis por tais atividades. Na prática, a estatal seria apenas mais uma petrolífera, que disputaria áreas do pré-sal, e só seria operadora quando conseguisse formar um consórcio vitorioso no leilão dos blocos.

De acordo com Davidson Magalhães, o fato de a estatal ser operadora única, como prevê a Lei 12.351/10, tem a ver com a sua capacidade de desenvolver novas tecnologias, gerando riqueza ao país. “Todas as grandes empresas que vêm para o Brasil não compartilham inovações ou impulsionam a indústria nacional, se utilizam apenas da maior fonte de riqueza do país. É preciso preservar nosso maior patrimônio”, enfatiza.

A legislação em vigor determina que a Petrobras seja a operadora exclusiva de todas as atividades de exploração do pré-sal, desde a avaliação dos poços até a instalação e desativação dos equipamentos de produção.



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

01/06/2016 - Vermelho

Mudança na Previdência prejudica trabalhadores para favorecer capital

Para o professor de Economia da Unicamp, Eduardo Fagnani, o debate sobre a Reforma da Previdência – defendida pelo governo Michel Temer – é uma face da luta de classes no país. Segundo ele, as elites financeiras nunca aceitaram os direitos sociais garantidos na Constituição e utilizam velhos mitos para atacar a Previdência e capturar seus recursos. Fagnani é taxativo ao afirmar que não há déficit no setor e que a reforma prejudica trabalhadores e não deve sanar a questão fiscal no curto prazo.

Fagnani prevê que "projeto ultraliberal na economia e ultraconservador nos direitos humanos" ampliará tensões sociais. Fagnani prevê que "projeto ultraliberal na economia e ultraconservador nos direitos humanos" ampliará tensões sociais. Por Joana Rozowykwiat

"As elites financeiras jamais aceitaram que o movimento social dos anos 70 e 80 introduzisse na Constituição de 1988 os direitos sociais, que capturam cerca de 10% do PIB. Então fazem uma intensa campanha difamatória sobre a Previdência, porque são os gastos mais significativos - 7% do PIB. O que está por trás [da reforma] é uma disputa por recursos públicos. O capital quer de volta os 10% do PIB da seguridade social", aponta.

O ministro da Fazenda de Temer, Henrique Meirelles, já anunciou que a Reforma da Previdência é prioridade na sua gestão e defendeu, inclusive, que as mudanças atinjam os trabalhadores na ativa, e não só os que ainda vão entrar no mercado de trabalho. Para o ministro, as novas regras que o governo quer aprovar devem valer mesmo para aqueles que já estão no processo de contribuição para a Previdência – algo como mudar as regras do jogo no meio da partida.

O mito do déficit

A defesa da reforma tem como principal argumento a necessidade de equilibrar as contas do governo. Há anos, gestores, a mídia e setores empresariais repetem o mantra de que há um rombo nas contas da Previdência. Nesta quarta-feira (01), a Folha de S. Paulo, por exemplo, noticia que o Tesouro registrou um déficit de R\$ 8,5 bilhões em abril na Previdência.

Fagnani, contudo, defende que o discurso do rombo é falacioso. De acordo com ele, não há déficit, o problema é que o governo não tem arcado com a parte que lhe cabe no financiamento do sistema.

Ele destaca que a Previdência ao redor do mundo é financiada pelo governo – por meio de tributos – pelo empregador e pelo trabalhador. A Constituição de 1988, ao estabelecer o sistema brasileiro, inspirou-se nesses modelos tripertites. E, para o governo cumprir a sua parte, foram criadas duas novas contribuições: a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido das Empresas (CSLL).

"Ocorre que o governo [de José] Sarney não aceitou isso. Desde 1989, o Ministério da Previdência e Assistência Social não computa essas duas contribuições como fontes de financiamento da Previdência Social. Ele se apropriou dessas fontes de receita mas não contabiliza para a Previdência", afirma o professor, ressaltando que todos os governos que se seguiram mantiveram tal equívoco.

O suposto rombo, então, é ocasionado pelo não cumprimento, por parte do Estado, daquilo que determina o artigo 195 da Constituição. "O déficit é, na verdade, a parte que cabe ao governo e, se ele não coloca os recursos, contabiliza como déficit. Isso é inconstitucional", critica o economista.

Leia mais em:

<http://www.vermelho.org.br/noticia/281735-1>



Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

23/05/2016 04h11 - Carta Capital

"É irreal imaginar que a medicina privada possa substituir o SUS"

Para o ex-ministro da Saúde de Lula, proposta de desobrigar governos a gastar com saúde fragiliza a política para o setor

Na primeira semana do governo interino, Ricardo Barros (PP-PR), nomeado ministro da Saúde por Michel Temer, deu declarações sobre discutir a questão do aborto com as igrejas e rever o tamanho do Sistema Único de Saúde.

Barros recuou sobre o redimensionamento do SUS após sucessivas críticas, mas seu comentário está alinhado com o "plano de governo" do PMDB, expresso no documento Uma Ponte para o Futuro, que prevê o fim dos gastos obrigatórios com saúde por parte do Estado brasileiro, a chamada desvinculação do orçamento.

Para o médico sanitário José Gomes Temporão (PSB-RJ), ex-ministro da Saúde do primeiro governo Lula, esse tipo de proposta indica um rebaixamento da saúde na agenda pública. É, também, diz Temporão, um contrassenso.

Com o desemprego em alta e com a maioria dos planos de saúde ligados aos empregos, milhares de pessoas estão deixando a saúde particular e passando a depender mais do SUS. "Perde-se o trabalho, perde-se o seguro saúde e a pressão sobre o SUS aumenta. É um paradoxo: no momento em que a proteção do Estado se faz mais premente, propõe-se uma desvinculação de receita", diz.

CartaCapital: O programa Uma Ponte para o Futuro, do PMDB, defende o fim do percentual de gasto obrigatório para a saúde. Como o senhor avalia essa proposta?

José Gomes Temporão: A proposta é um total contrassenso. O SUS [Sistema Único de Saúde] é um patrimônio da sociedade brasileira, não é um projeto deste ou daquele governo ou partido. É um projeto construído pelos brasileiros ao longo de décadas, com uma política de caráter universal, em defesa da equidade, que está expressa como direito de todos e dever do Estado.

A vinculação é uma luta que durou praticamente duas décadas, desde o início da implantação do SUS até a luta contra o subfinanciamento, que é uma questão de aspecto estrutural, que chamamos a reforma inconclusa do SUS.

Esse é um dos fatores que impede que o Sistema cumpra, com eficiência, sua missão. Com a proposta de desvinculação, o Orçamento do Ministério da Saúde passa a ser negociado dentro do Orçamento Geral da União, ao sabor dos interesses, pressões políticas, e disponibilidade. Isso traz insegurança e fragilização da política de saúde.

E há uma questão mal colocada nessa discussão. Dizem que seria bem vindo aumentar o número de planos e seguros porque isso desoneraria o SUS, mas é falso. A conjuntura não permite o crescimento deles e estamos com o desemprego em alta, sendo que 85% dos planos estão ligados diretamente ao emprego das pessoas.

Perde-se o trabalho, perde-se o seguro saúde e a pressão sobre o SUS aumenta. É um paradoxo: no momento em que a proteção do Estado se faz mais premente, propõe-se uma desvinculação de receita.

Em um país desigual como é o Brasil, com 80% da população dependendo exclusivamente do SUS, é totalmente irreal imaginar cortes ou que uma medicina privada possa competir, complementar ou substituir o sistema público.

Uma das tarefas de todos os cidadãos, mas do ministro principalmente, é abandonar as visões reducionistas, empobrecedoras do cuidado à saúde, e lutar por mais recursos para o SUS.

CC: É possível estimar impactos para o SUS?

Leia mais em:

<http://www.cartacapital.com.br/politica/temporao-e-irreal-imaginar-que-a-medicina-privada-possa-substituir-o-sus>

01/06/2016 - Brasil de Fato

PM reprime ocupação do MTST contra cortes no Minha Casa, Minha Vida

Segundo os manifestantes, a própria polícia causou o tumulto; Ao todo cinco pessoas foram presas

Após as prisões, a Tropa de Choque cercou o prédio. As três faixas da Paulista, antes ocupadas, logo foram liberadas. - Créditos: José Eduardo Bernardes

Após as prisões, a Tropa de Choque cercou o prédio. As três faixas da Paulista, antes ocupadas, logo foram liberadas. / José Eduardo Bernardes



Manifestantes da Frente Povo Sem Medo que ocupavam o Gabinete Regional da Presidência da República em São Paulo, na Avenida Paulista, centro da capital, foram reprimidos pela Polícia Militar. O protesto, que exigia a retomada do programa Minha Casa, Minha Vida, começou às 14h desta quarta-feira (1) e a investida da PM ocorreu no final da tarde. Segundo os manifestantes, a própria polícia causou um tumulto após o estouro de um rojão e agiu com violência jogando bombas de gás lacrimogênio.

Cinco pessoas foram presas, entre elas uma médica que tentava ajudar um dos manifestantes feridos, segundo informaram integrantes da Frente. Após as detenções, a Tropa de Choque cercou o prédio e três faixas da Paulista, antes ocupadas, foram liberadas.

A ação da Frente Povo Sem Medo, da qual o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) faz parte, é realizada em protesto às mudanças feitas pelo governo interido de Michel Temer em relação ao programa Minha Casa, Minha Vida (MCMV). No final de

maio, em entrevista ao Estado de S.Paulo, o atual ministro das Cidades, Bruno Araújo, afirmou que toda a 3ª fase do MCMV, que tinha como objetivo a contratação de 2 milhões de moradias até 2018, seria suspensa.

"Não vamos aceitar os cortes das casas já contratadas do programa Minha

Casa, Minha Vida que esse governo ilegítimo está fazendo. Estamos nos mobilizando contra isso. Foi um gesto irresponsável [do governo interino]", afirmou Guilherme Boulos, dirigente nacional do MTST.

Sonho adiado

"Há pouco menos de um mês, nós estávamos com nossos contratos do Minha Casa, Minha Vida todos ok, tudo assinado e aprovado. Uma semana depois que o presidente interino tomou posse, ele revogou tudo, 10 mil moradias. As famílias estavam com expectativa; o terreno já está comprado. Ele, com uma simples canetada, revogou tudo que a gente tinha conquistado com uma luta de anos", disse Simone Silva, militante do MTST.

Também presente na ocupação, José Domingos, coordenador do movimento, disse que a ocupação não teria data para terminar. Segundo ele, protestos deste tipo são necessários para forçar Michel Temer a mudar suas posições.